

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 13.1, X, *b*, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal, aprovado pela Portaria n. 315 de 23 de agosto de 2012 e tendo em vista o que consta na Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, na Lei n. 12.288 de 20 de julho de 2010, na Resolução n. 2 de 24 de setembro de 2002, do Conselho de Educação do Distrito Federal, na Portaria STJ n. 587 de 23 de outubro de 2013 e no Processo Administrativo STJ 4483/2013, torna pública a realização de processo seletivo para formação de cadastro de reserva para estágio remunerado, conforme as disposições a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo é destinado à formação de cadastro de reserva para o preenchimento de vagas de estágio de nível médio e de superior que surgirem durante o período de validade do certame, para os cursos estabelecidos neste edital.

1.1.1 Poderão participar do processo seletivo alunos que estiverem com matrícula e frequência regular em curso de educação superior e de ensino médio, incluindo os estudantes matriculados na educação especial e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (EJA), vinculados ao ensino público ou ao particular.

1.2 O processo seletivo será executado e acompanhado pelo Centro de Integração Empresa - Escola (CIEE), em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Superior Tribunal de Justiça.

1.3 Do total de bolsas de estágio do STJ será reservada cota de 10% para estudantes com deficiência e de 10% para estudantes afrodescendentes (negros ou pardos) e indígenas brasileiros.

1.3.1 Os estudantes com reserva de cota, conforme item 1.3, participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos conteúdos das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

2. DOS CURSOS

2.1 O estágio remunerado no STJ se dará nos cursos elencados nos quadros a seguir.

	Nível Médio
1	Ensino médio regular
2	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
3	Técnico em Telecomunicações

	Nível Superior
1	Administração
2	Arquitetura
3	Arquivologia
4	Biblioteconomia
5	Ciências Contábeis

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

6	Comunicação Social – Jornalismo
7	Comunicação Social – Relações Públicas
8	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
9	Cursos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação/Informática
10	Desenho Industrial/Design de Interface
11	Direito
12	Educação Física
13	Engenharia Civil
14	Engenharia Elétrica-Eletrônica
15	História
16	Letras
17	Nutrição
18	Pedagogia
19	Psicologia
20	Relações Internacionais
21	Secretariado Executivo

2.2 Serão aceitas inscrições para os seguintes cursos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação/Informática:

Cursos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação/Informática
- Administração com habilitação em gestão da informação.
- Administração de gestão da informação.
- Análise de sistemas (informática, administração de sistemas de informação, sistemas de informação).
- Ciência da computação (engenharia da computação, licenciatura em computação, engenharia de software).
- Engenharia elétrica – telecomunicações.
- Engenharia de redes de comunicação.
- Engenharia de telecomunicações (engenharia de produção elétrica/telecomunicações).
- Formação específica em análise de sistemas.
- Programação de computadores (sistemas de informação).
- <i>Web design</i> (curso internet - implantação e <i>design</i> , criação e desenvolvimento de <i>web sites</i> , <i>webmastering</i> , <i>design digital</i>).

2.3 Para os alunos do curso de DIREITO, o processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas em diversas unidades do Superior Tribunal de Justiça e será dividido na forma a seguir:

2.3.1 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro HERMAN BENJAMIN;

2.3.2 Processo Seletivo Específico para o Gabinete da Ministra LAURITA VAZ;

2.3.3 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES;

2.3.4 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro RAUL ARAÚJO;

2.3.5 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro SIDNEI BENETI;

2.3.6 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro VILLAS BÔAS

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013
CUEVA;

2.3.7 Processo Seletivo Geral para DIVERSOS GABINETES DE MINISTRO;

2.3.8 Processo Seletivo Específico para a SECRETARIA JUDICIÁRIA, (estudantes disponíveis para estágio de 6 horas diárias/30 horas semanais).

2.3.9 Processo Seletivo Geral para DIVERSAS UNIDADES DO STJ

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 Estudantes de nível médio:

Nível Médio	Na data da inscrição o estudante deverá estar cursando
Ensino médio regular	o(a) 1 ^{o/a} ou 2 ^{o/a} ano/série
Educação de jovens e adultos (EJA)	o 1 ^o ou 2 ^o semestre do 3 ^o segmento ou etapa equivalente
Técnico em Telecomunicações	o 1 ^o ou 2 ^o semestre

3.2 Estudantes de nível superior, exceto do curso de Direito:

Cursos	Na data da inscrição o estudante deverá estar cursando
Arquivologia	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Biblioteconomia	do 3 ^o ao 7 ^o semestre
Desenho Industrial/Design Gráfico	do 4 ^o ao 7 ^o semestre
Comunicação Social – Jornalismo	do 5 ^o ao 7 ^o semestre
Administração	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Arquitetura	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Ciências Contábeis	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Comunicação Social – Relações Públicas	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Cursos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação/Informática	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Educação Física	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Engenharia Civil	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Engenharia Elétrica-Eletrônica	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
História	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Letras	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Nutrição	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Pedagogia	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Psicologia	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Relações Internacionais	do 2 ^o ao 6 ^o semestre
Secretariado Executivo	do 2 ^o ao 6 ^o semestre

3.3 Estudantes de nível superior do curso de Direito:

DIREITO - PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA OS GABINETES DE MINISTRO	
GABINETES DE MINISTRO	Na data da inscrição o estudante deverá estar cursando

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

Ministro HERMAN BENJAMIN	do 5º ao 7º semestre
Ministra LAURITA VAZ	o 6º semestre
Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES	o 7º ou o 8º semestre
Ministro SIDNEI BENETI	o 7º semestre
Ministro RAUL ARAÚJO	do 5º ao 7º semestre
Ministro VILLAS BÔAS CUEVA	o 7º ou o 8º semestre

DIREITO - PROCESSO SELETIVO GERAL PARA DIVERSOS GABINETES DE MINISTRO

Na data da inscrição o estudante deverá estar cursando do 4º ao 8º semestre

DIREITO - PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA A SECRETARIA JUDICIÁRIA

Na data da inscrição o estudante deverá estar cursando do 3º ao 7º semestre

DIREITO - PROCESSO SELETIVO GERAL PARA DIVERSAS UNIDADES DO STJ

Na data da inscrição o estudante deverá estar cursando do 2º ao 7º semestre

3.4 Na data de início do estágio, o estudante de nível médio deverá ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição será realizada no período de **7 a 12 de novembro de 2013** até às 17 horas (horário de Brasília), no sítio do CIEE na internet (<http://www.ciee.org.br>), devendo o estudante imprimir o respectivo comprovante.

4.2 Poderão inscrever-se alunos regularmente matriculados em instituições de ensino localizadas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

4.3 O estudante com deficiência, afrodescendente (negro ou pardo) ou indígena brasileiro poderá optar por concorrer por uma dessas cotas, de acordo com os itens 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8.

4.4 Para participar da seleção na condição de estudante com deficiência, o candidato deverá entregar, com base no item 4.6, declaração específica para esse fim, conforme Anexo VII deste Edital, acompanhada de laudo médico (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos 12 (doze) meses, informando o tipo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

4.5 Para participar da seleção na condição de estudante afrodescendente (negro ou pardo) e indígena brasileiro, o candidato deverá entregar, com base no item 4.6, declaração específica para esse fim, conforme Anexo VII deste Edital, na qual formalizará sua opção pela participação nesse sistema de cotas.

4.6 O laudo médico e a declaração de opção pela participação no sistema de cotas, citados nos itens 4.4 e 4.5, deverão ser entregues no momento de realização da prova, ou até 2 dias úteis após o dia da prova, nas instalações do CIEE, no horário das 9h às 17h, no seguinte endereço: SHC/SW, EQSW 304/504 – Lote 2 – Edifício Atrium – Sudoeste – Brasília - DF.

4.7 Na hipótese de não atendimento ao disposto no item 4.6, o candidato não poderá

4.8 Para participar do processo seletivo, os estudantes com deficiência deverão efetuar sua inscrição no portal do CIEE e enviar mensagem eletrônica para brasil@ciee.org.br, informando o tipo de deficiência com o respectivo código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e se há necessidade de algum tipo de atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita.

4.8.1 Serão consideradas apenas as mensagens eletrônicas enviadas dentro do período de inscrição e que receberem confirmação de leitura específica.

4.9 No ato de inscrição, o estudante deverá optar por UM dos processos seletivos disponíveis, de acordo com os cursos definidos no item 2.1.

4.10 Os estudantes do curso de Direito somente poderão optar por participar de UMA das opções de processos seletivos, definidas no item 2.3, a seguir descritas:

4.10.1 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **HERMAN BENJAMIN** (cursando do 5º ao 7º Semestre).

4.10.2 Processo Seletivo Específico para o Gabinete da Ministra **LAURITA VAZ** (cursando o 6º Semestre).

4.10.3 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES** (cursando o 7º ou o 8º Semestre).

4.10.4 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **SIDNEI BENETI** (cursando o 7º Semestre).

4.10.5 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **RAUL ARAÚJO** (cursando do 5º Semestre ao 7º semestre).

4.10.6 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **VILLAS BÔAS CUEVA** (cursando o 7º ou o 8º Semestre).

4.10.7 Processo Seletivo Geral para **DIVERSOS GABINETES DE MINISTRO** (cursando do 4º ao 8º semestre).

4.10.8 Processo Seletivo Específico para a **SECRETARIA JUDICIÁRIA** (estudantes disponíveis para estágio de 6 horas diárias/30 horas semanais cursando do 3º ao 7º semestre).

4.10.9 Processo Seletivo Geral para **DIVERSAS UNIDADES DO STJ** (cursando do 2º ao 7º semestre).

4.11 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

4.12 Não será permitido alterar a opção do processo seletivo escolhido.

5. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo compreenderá três fases, a seguir descritas:

5.1.1 Primeira fase: aplicação de provas, conforme especificado no item 6;

5.1.2 Segunda fase: análise curricular, conforme especificado no item 11;

5.1.3 Terceira fase: entrevista e/ou avaliação de habilidades, conforme especificado no item 12.

6. DAS PROVAS

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

6.1 Todas as provas terão caráter eliminatório e o candidato que obtiver a pontuação mínima exigida, conforme item 7.1.6, será considerado habilitado e constará na lista de aprovados na primeira fase do processo seletivo.

6.2 A aplicação das provas observará os seguintes itens:

6.2.1 ENSINO MÉDIO

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
Objetiva	Matemática	10

6.2.2 ENSINO SUPERIOR (EXCETO DIREITO)

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	20
Objetiva	Conhecimentos Gerais	10
Objetiva	Noções de Informática	10

6.2.3 Ensino Superior Direito - **PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA GABINETES DE MINISTRO**

6.2.3.1 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **HERMAN BENJAMIN**

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Noções de Direito Processual Civil	8
	Noções de Direito Constitucional	7
	Noções de Direito Administrativo	8
	Noções de Direito Tributário	7
Discursiva	-	-

6.2.3.2 Processo Seletivo Específico para o Gabinete da Ministra **LAURITA VAZ**

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Direito Processual Penal	8
	Direito Penal	8
	Direito Processual Civil	7
	Direito Constitucional	7
Discursiva	-	-

6.2.3.3 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Noções de Direito Constitucional	8
	Noções de Direito Administrativo	8
	Princípios Gerais do Direito Processual Civil	7
	Legislação Especial	7
Discursiva	-	-

6.2.3.4 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro **SIDNEI BENETI**

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Direito Constitucional	10
	Direito Civil	10
	Direito Processual Civil	10
Discursiva	-	-

6.2.3.5 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro RAUL ARAÚJO

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	20
	Direito Processual Civil	10
	Direito Civil	10
Discursiva	-	-

6.2.3.6 Processo Seletivo Específico para o Gabinete do Ministro VILLAS BÔAS CUEVA

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Direito Constitucional	10
	Direito Civil	10
	Direito Processual Civil	10
Discursiva	-	-

6.2.4 Ensino Superior Direito – Processo Seletivo Geral para DIVERSOS GABINETES DE MINISTRO

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Direito Administrativo	6
	Direito Constitucional	6
	Direito Civil	6
	Direito Processual Civil	6
	Direito Penal	6
Discursiva	-	-

6.2.5 Ensino Superior Direito – Processo Seletivo Específico para a SECRETARIA JUDICIÁRIA

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Direito Civil	10
	Direito Constitucional	10
	Direito Processual Civil	10

6.2.6 Ensino Superior Direito – Processo Seletivo Geral para DIVERSAS UNIDADES DO STJ

TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
Objetiva	Língua Portuguesa	10
	Direito Administrativo	8
	Direito Civil	7
	Direito Constitucional	8

6.3 A data provável para aplicação das provas é **23 de novembro de 2013**. A confirmação dessa data e os horários das provas serão divulgados no sítio do CIEE na internet (<http://www.ciee.org.br>).

6.4 Recomenda-se ao candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 40 (quarenta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.5 O candidato deve comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição, conforme item 4.1.

6.6 Será obrigatória a apresentação, para a realização das provas, de documento de identidade original ou de cópia autenticada em cartório.

6.6.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

6.6.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; Cadastro de Pessoa Física - CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação sem foto; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.7 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

6.8 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *datbank*, gravador, *Pager*, *ipad*, *tablets*, etc.), livros, anotações etc.

6.9 Não será permitido ao candidato retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas.

6.10 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará na eliminação automática do candidato.

7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS

7.1 PROVAS OBJETIVAS

7.1.1 As provas objetivas de Nível Médio, de caráter eliminatório, serão constituídas de 20 (vinte) questões, conforme especificado no item 6.2.1, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada uma, totalizando-se 20 (vinte) pontos, e abrangerão os conteúdos constantes do Anexo I.

7.1.2 As provas objetivas de Nível Superior, exceto Direito, de caráter eliminatório, serão constituídas de 40 (quarenta) itens, conforme especificado no item 6.2.2, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada item, totalizando 40 (quarenta) pontos, e abrangerão os conteúdos constantes do Anexo II.

7.1.3 As provas objetivas de Nível Superior, para preenchimento de vagas de Direito em Gabinetes de Ministro (Processo Seletivo Específico para Gabinetes de Ministro), de caráter eliminatório, serão constituídas de 40 (quarenta) itens, conforme especificado no item 6.2.3, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada item, totalizando 40 (quarenta) pontos, e abrangerão os conteúdos constantes do Anexo III.

7.1.4 As provas objetivas de Nível Superior, para preenchimento de vagas de Direito em Diversos Gabinetes de Ministro (Processo Seletivo Geral para Diversos Gabinetes de Ministro), de caráter eliminatório, serão constituídas de 40 (quarenta) itens, conforme especificado no item 6.2.4, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada item, totalizando 40 pontos, e abrangerão os conteúdos constantes do Anexo IV.

7.1.5 As provas objetivas de Nível Superior, para preenchimento de vagas de Direito na Secretaria Judiciária e nas Diversas Unidades do STJ, de caráter eliminatório, serão constituídas de 40 (quarenta) itens, conforme especificado nos itens 6.2.5 e 6.2.6, sendo atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada item, totalizando 40 (quarenta) pontos, e abrangerão os conteúdos constantes dos Anexos V e VI.

7.1.6 Somente será considerado habilitado o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) de pontos no total das provas objetivas, desde que não obtenha nota zero em nenhuma das provas.

7.2 PROVAS DISCURSIVAS

7.2.1 A prova discursiva de nível superior, para preenchimento de vagas de Direito em Gabinetes de Ministro (Processo Seletivo Geral para Diversos Gabinetes de Ministro e Processo Seletivo Específico para Gabinetes de Ministro), de caráter eliminatório, valerá 10 (dez) pontos e consistirá da redação de texto dissertativo de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas.

7.2.2 A prova discursiva tem o objetivo de avaliar o conhecimento sobre o tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, com base em temas formulados pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

7.2.3 A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.2.4 A prova discursiva será avaliada com base em duas competências (domínio da norma culta da língua escrita e tema/tipo de texto dissertativo-argumentativo) e traduzidas para uma situação específica de produção de texto. Cada competência será avaliada por quatro critérios correspondentes aos conceitos insuficiente, regular, bom e excelente, convertidos, respectivamente, em níveis 1, 2, 3 e 4. Esses níveis serão representados por pontos, respectivamente, 2,5; 5,0; 7,5 e 10,0, conforme quadro a seguir:

COMPETÊNCIA	NA SITUAÇÃO DE PRODUÇÃO DE TEXTO	NÍVEIS
-------------	----------------------------------	--------

I	Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita	<ol style="list-style-type: none"> 1. Domínio precário da norma culta, com graves e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. 2. Domínio razoável da norma culta, com desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita, pouco aceitáveis nessa etapa de escolaridade. 3. Bom domínio da norma culta, com pontuais desvios gramaticais e de convenções da escrita. 4. Muito bom domínio da norma culta, com raros desvios gramaticais e de convenções da escrita.
II	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo argumentativo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento tangencial do tema e apresentação embrionária do tipo de texto dissertativo-argumentativo; ou desenvolvimento tangencial do tema e domínio razoável do tipo de texto dissertativo argumentativo; ou desenvolvimento razoável do tema e apresentação embrionária do tipo de texto dissertativo-argumentativo. 2. Desenvolvimento razoável do tema, a partir de considerações próximas do senso comum, e domínio precário do tipo de texto dissertativo-argumentativo. 3. Desenvolvimento razoável do tema e domínio razoável do tipo de texto dissertativo-argumentativo. 4. Bom desenvolvimento do tema, a partir de um repertório cultural produtivo e de considerações que fogem ao senso comum, e bom domínio do texto dissertativo-argumentativo.

7.2.5 A nota global da prova discursiva será dada pela média aritmética das notas atribuídas a cada uma das competências específicas da prova discursiva. A prova discursiva que não atender à proposta solicitada (competência II: tema/tipo de texto dissertativo-argumentativo e mínimo de 20 (vinte) linhas) receberá o conceito **D** (desconsiderada). A prova discursiva em branco receberá o conceito **B** (em branco) e a prova discursiva com impropérios, desenhos ou outras formas propositais de anulação, receberá o conceito **A** (anulada). Em todos esses casos as provas discursivas não serão corrigidas, sendo-lhes atribuída nota zero.

7.2.6 Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima estabelecida de 30 (trinta) linhas.

7.2.7 Será eliminado do processo seletivo o candidato que obtiver nota da prova discursiva menor do que 5 (cinco) pontos.

7.3 Serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos que obtiverem aprovação nas provas objetivas, conforme critérios previstos nos itens 7.1.3 e 7.1.4.

8. DOS RECURSOS DAS PROVAS

8.1 As provas, os respectivos gabaritos e o prazo para interposição de recursos serão divulgados no sítio do CIEE na internet (<http://www.ciee.org.br>).

8.2 Para interpor recurso, o candidato deverá preencher formulário específico, a ser obtido e entregue nas instalações do CIEE, no seguinte endereço: SHC/SW, EQSW 304/504 – Lote 2 – Edifício Atrium – Sudoeste – Brasília - DF.

9. DA LISTA DE HABILITADOS

9.1 Dentre os aprovados na fase de provas, serão elaboradas listas de habilitados, conforme a seguir especificado:

9.1.1 Estudantes de ensino médio;

9.1.2 Estudantes de ensino superior, por curso, exceto Direito;

9.1.3 Estudantes de nível superior do curso de Direito, por Gabinete especificado no Processo Seletivo Específico para Gabinetes de Ministro;

9.1.4 Estudantes de nível superior do curso de Direito habilitados no Processo Seletivo Geral para Diversos Gabinetes de Ministro;

9.1.5 Estudantes de nível superior do curso de Direito habilitados no Processo Seletivo Geral para Diversas Unidades do STJ;

9.1.6 Estudantes de nível superior do curso de Direito habilitados no Processo Seletivo Específico para a Secretaria Judiciária.

9.2 Os aprovados dentre os que concorreram às cotas terão seus nomes publicados em listas à parte, conforme a seguir especificado:

9.2.1 Estudantes com deficiência;

9.2.2 Estudantes afrodescendentes (negros ou pardos) e indígenas brasileiros.

10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO SELETIVO

10.1 O resultado da primeira fase do processo seletivo será divulgado no sítio do CIEE na internet (<http://www.ciee.org.br>) nas datas prováveis a seguir especificadas:

Data	Tipo de seleção
20/12/2013	Seleções que <u>não</u> incluam prova discursiva.
3/2/2014	Seleções que incluam prova discursiva.

11. DA ANÁLISE CURRICULAR

11.1 Para o preenchimento das vagas de estágio, as unidades do STJ definirão o perfil esperado do candidato, conforme formulário específico para esse fim.

11.2 Ficará a cargo do CIEE a seleção, entre os habilitados nas provas, dos candidatos que possuem os requisitos definidos pelas unidades para o preenchimento da vaga.

11.3 O CIEE, para o encaminhamento dos candidatos, observará os dados curriculares dos habilitados, conforme informações constantes no cadastro do CIEE, tais como: curso, semestre, turno de aula, conhecimentos específicos, dentre outros.

11.4 Por ocasião da análise de currículo, a prioridade no encaminhamento para entrevista será do candidato aprovado na cota de estudante com deficiência e depois do candidato aprovado na cota de estudante afrodescendente (negro ou pardo) e indígena brasileiro.

11.5 Caso as vagas priorizadas para os estudantes que possuem reserva de cotas, conforme item 11.4, não sejam providas, em razão de atingimento do percentual de 10% previsto no item 1.3 ou por falta de habilitados com perfil compatível, nessa condição, estas serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados.

12. DA ENTREVISTA E DA AVALIAÇÃO DE HABILIDADES

12.1 O candidato habilitado nas provas e selecionado na fase de análise curricular será convocado para entrevista e/ou avaliação de habilidades, tais como prova oral, prova

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013
escrita, redação ou outra(s), à medida que surgirem vagas com requisitos exigidos compatíveis com seu perfil.

12.2 O candidato não aprovado na entrevista e/ou na avaliação de habilidades para preenchimento da vaga para a qual foi encaminhado permanecerá na lista de habilitados aguardando nova convocação.

12.3 A convocação do estudante para entrevista no Tribunal será realizada pelo CIEE, mediante contato telefônico.

12.4 Serão considerados para convocação os telefones registrados pelo estudante no cadastro do CIEE.

12.5 Para cada vaga de estágio a ser preenchida, serão realizadas, em um mesmo dia, duas tentativas de contato com o(s) número(s) telefônico(s) registrado(s), com cada candidato a ser convocado para entrevista e/ou avaliação de habilidades.

12.6 No caso de o candidato não ser localizado nas tentativas de contato realizadas pelo CIEE, seu nome permanecerá na lista de habilitados, aguardando o surgimento de nova oportunidade e outro candidato habilitado que possua o perfil requerido será convocado para entrevista e/ou avaliação de habilidades.

12.7 Todas as tentativas de contato telefônico com os candidatos serão registradas pelo CIEE.

13. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

13.1 O processo seletivo terá validade até 31/12/2014, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, a critério do Tribunal, até 31/12/2015.

14. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTÁGIO

14.1 A habilitação na primeira fase no processo seletivo gera para o candidato apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio, ficando a concretização desse ato condicionada ao surgimento de vaga compatível com seu perfil durante o período de validade do processo seletivo e a sua aprovação na fase de entrevista e/ou na avaliação de habilidades.

14.2 As vagas destinadas aos estudantes que possuem reserva de cotas, quando não forem providas por falta de candidatos aprovados, nessa condição, em qualquer fase do processo seletivo, serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados.

14.3 Os Gabinetes de Ministro que realizaram Processo Seletivo Específico para Gabinetes de Ministro somente poderão aproveitar candidatos da listagem do Processo Seletivo Geral para Diversos Gabinetes de Ministro caso não possuam candidatos habilitados na listagem com o perfil adequado para preenchimento da vaga ou caso essa se esgote.

14.4 Os Gabinetes de Ministro que utilizarem as listagens do Processo Seletivo Geral para atender vagas em Diversos Gabinetes de Ministro somente poderão aproveitar candidatos de Direito das listagens do Processo Seletivo Geral para Diversas Unidades do STJ caso as listagens de Gabinetes de Ministro se esgotem ou não possuam candidato habilitado na listagem com o perfil adequado para preenchimento da vaga.

14.5 A Secretaria Judiciária, com Processo Seletivo Específico, somente poderá aproveitar candidatos da listagem do Processo Seletivo Geral para Diversas Unidades do

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

STJ caso sua listagem se esgote ou não possua candidato habilitado na listagem com o perfil adequado para preenchimento da vaga.

14.6 As unidades que utilizarem as listagens do Processo Seletivo Geral para Diversas Unidades do STJ somente poderão aproveitar candidatos da listagem do Processo Seletivo Específico para a Secretaria Judiciária caso sua listagem se esgote ou não possua candidato habilitado na listagem com o perfil adequado para preenchimento da vaga.

14.7. O aproveitamento de candidato das listagens mencionadas nos itens 14.5 e 14.6, somente poderá ocorrer com a expressa concordância do estudante, mediante assinatura de termo de opção, tendo em vista tratem-se de processos seletivos com carga horária diferenciada.

14.8 Será eliminado da lista de habilitados o candidato que:

- a) não aceitar ocupar a vaga de estágio disponível, quando convocado e selecionado;
- b) recusar-se a iniciar o estágio em data, local e demais condições estipuladas pelo Tribunal.

Parágrafo único. Nas situações acima elencadas, o estudante poderá encaminhar, via correio eletrônico, justificativa formal para o endereço: estagio@stj.jus.br, a qual será analisada pela unidade responsável pelo Programa de Estágio no STJ que decidirá sobre a sua permanência ou não na lista de habilitados.

14.9 O candidato que desistir do estágio será excluído da lista de habilitação.

14.10 Não será fornecido ao candidato comprovante de aprovação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de habilitados divulgadas no sítio do CIEE na internet (<http://www.ciee.org.br>).

14.11 O Tribunal reserva-se o direito de convocar candidatos em número compatível com a disponibilidade orçamentária e a existência de vagas de estágio.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Quaisquer alterações, inclusões ou retificações a este edital serão publicadas por meio de edital específico e disponibilizadas no sítio do CIEE na internet (<http://www.ciee.org.br>).

15.2 As bolsas de estágio terão os seguintes valores:

- a) R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), para estágio de nível médio.
- b) R\$ 800,00 (oitocentos reais), para estágio de nível superior com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
- c) R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para estágio de nível superior com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

15.3 O estagiário tem direito a auxílio-transporte, no valor de R\$ 8,00 (oito reais) por dia estagiado.

15.4 Os valores das bolsas de estágio e do auxílio-transporte poderão ser alterados, a qualquer tempo, por ato da autoridade competente.

15.5 A jornada de estágio é de 20 horas semanais para estudantes de nível superior ou médio nas diversas unidades do Tribunal, exceto para aqueles de nível superior

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013 vinculados à Secretaria Judiciária, os quais cumprirão jornada de 30 horas semanais.

15.6 Não poderá ingressar no estágio remunerado do Tribunal:

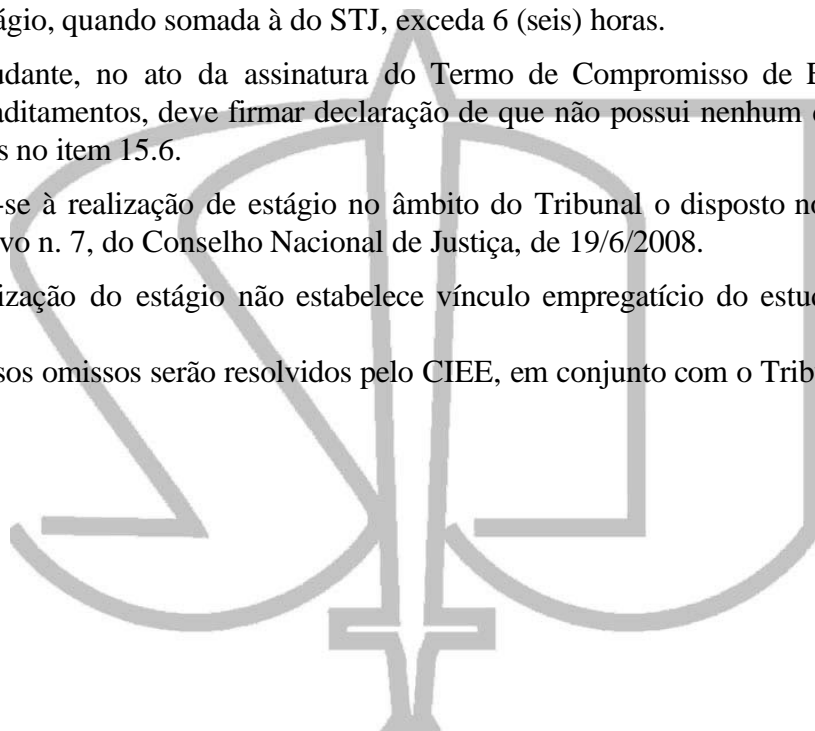
- a) estudante que possuir vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados;
- b) ocupante de cargo, emprego ou função vinculados a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- c) militar da União, dos Estados ou do Distrito Federal;
- d) titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- e) estudante que realizar estágio em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária de estágio, quando somada à do STJ, exceda 6 (seis) horas.

15.7 O estudante, no ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e de posteriores aditamentos, deve firmar declaração de que não possui nenhum dos vínculos mencionados no item 15.6.

15.8 Aplica-se à realização de estágio no âmbito do Tribunal o disposto no Enunciado Administrativo n. 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 19/6/2008.

15.9 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o Tribunal.

15.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE, em conjunto com o Tribunal.



ANEXO I

NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Acentuação. 2 Classe de Palavras. 3 Interpretação de Textos. 4 Concordância Verbal e Nominal. 5 Flexão das Palavras. 6 Ortografia.

MATEMÁTICA: 1 Porcentagem. 2 Divisão. 3 Subtração. 4 Multiplicação. 5 Adição. 6 Sistema Monetário.

ANEXO II

NÍVEL SUPERIOR (EXCETO DIREITO)

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Acentuação. 2 Classe de Palavras. 3 Emprego de Tempos e Modos Verbais. 4 Interpretação de Textos. 5 Concordância Verbal e Nominal. 6 Flexão das Palavras. 7 Ortografia.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Atualidades. 2 Saúde. 3 Meio Ambiente. 4 História. 5 Geografia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Excel. 2 Word. 3 Correio Eletrônico. 4 Internet.

ANEXO III

**NÍVEL SUPERIOR DIREITO
PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA
GABINETES DE MINISTRO**

GABINETE DO MINISTRO HERMAN BENJAMIN

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Ortografia oficial (incluindo o novo acordo ortográfico). 2 Acentuação gráfica. 3 Flexão nominal e verbal. 4 Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. 5 Emprego de tempos e modos verbais. 6 Vozes do verbo. 7 Concordância nominal e verbal. 8 Ocorrência de crase. 9 Pontuação.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Noções Gerais de Direito Processual. 2 Princípios processuais. 3 Conexão e continência. 4 Processo e Procedimento (processo cautelar, executivo e de conhecimento). 5 Formação, suspensão e extinção do processo. 6 Atos processuais. 7 Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. 8 Prazos processuais. 9 Partes: capacidade processual. 10 Litisconsórcio e intervenção de terceiros. 11 Noções sobre as fases postulatória, de saneamento, instrutória e decisória. 12 Princípios Recursais. 13 Recursos em espécie (com ênfase em Recurso Especial e Agravo no STJ). 14 Noções gerais sobre Remédios Constitucionais (Mandado de Segurança, Habeas Corpus e Habeas Data), Ação Cautelar, Reclamação, Ação Civil Pública e Ação Popular.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Do controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. 2 Ações constitucionais. 3 Princípios fundamentais. 4 Direitos e garantias fundamentais. 5 Dos deveres individuais e coletivos. 6 Da tributação e do orçamento.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Administração direta e indireta:

Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. 2 Poderes Administrativos: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 3 Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação. 4 Prescrição, decadência e preclusão. 5 Responsabilidade Civil do Estado: responsabilidade objetiva, reparação do dano.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Noções Gerais de Direito Tributário. 2 Princípios Gerais do Direito Tributário. 3 Espécies de Tributos. 4 Jurisprudência do STJ relativa à Execução Fiscal, Responsabilidade Tributária, Súmulas, Prazos e Prescrição. 5 Jurisprudência relativa aos Impostos e Contribuições em espécie.

PROVA DISCURSIVA

GABINETE DA MINISTRA LAURITA VAZ

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Ortografia oficial, incluindo o novo acordo ortográfico. 2 Acentuação gráfica. 3 Crase. 4 Pontuação. 5 Flexão nominal e verbal. 6 Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. 7 Regência nominal e verbal. 8 Relação de coordenação entre orações e entre termos da oração. 9 Relação de subordinação entre orações e entre termos da oração. 10 Tempo, modo e vozes dos verbos.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 3 Controle de constitucionalidade. 4 Ações constitucionais. 5 Princípios fundamentais. 6 Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º). 7 Organização do Estado. 8 Organização dos Poderes, com ênfase no Poder Judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Noções gerais de direito processual. 2 Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. 3 Princípios constitucionais do processo. 4 Jurisdição. 5 Competência. 6 Atos processuais. 7 Processo nos Tribunais. 8 Recursos, com ênfase no recurso especial, nos agravos e embargos de declaração.

DIREITO PENAL: 1 Aplicação da lei penal. 2 Teoria do crime. 3 Imputabilidade penal. 4 Concurso de pessoas. 5 Penas: espécies, cominação, dosimetria (sistema trifásico), suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação; medida de segurança. 6 Ação penal. 7 Extinção da punibilidade: prescrição. 8 Crimes contra a pessoa. 9 Crimes contra o patrimônio. 10 Crimes contra a dignidade sexual. 11 Crimes contra a fé pública. 12 Crimes contra a administração pública. 13 Crimes de menor potencial ofensivo. 14 Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990). 15 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006. 16 ECA: atos infracionais e medidas sócio-educativas. 17 Medidas despenalizadoras (Lei nº 9.099/1995).

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo e no espaço e em relação determinadas pessoas. 2 Sujeitos da relação processual. 3 Inquérito. 4 Ação penal. 5 Ação civil. 6 Competência. 7 Questões e processos incidentes. 8 Provas: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistema de apreciação. 9 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 10 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. 11 Citações e intimações. 12 Sentença. 13 Processo comum: instrução criminal; processo e julgamento dos crimes de competência do juiz singular. 14 Nulidades. 15 Procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006, Lei nº 8.038/1990 e Lei nº 9.099/1995.

PROVA DISCURSIVA

GABINETE DO MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 3.1 Emprego das letras. 3.2 Emprego da acentuação gráfica. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 5.4 Concordância verbal e nominal. 5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.6 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Correspondência oficial. 7.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.2 Adequação do formato do texto ao gênero.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, emendas constitucionais e emendas constitucionais de revisão). 1 Princípios fundamentais. 2 Direitos e garantias fundamentais. 3 Organização do Estado. 4 Poder judiciário: disposições gerais, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais, juízes federais, tribunais e juízes do trabalho, tribunais e juízes eleitorais, tribunais e juízes militares, tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Administração Pública. 1.1 Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado; organização do estado e da Administração; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos. 1.2 Atividade administrativa: conceito; natureza e fins; princípios básicos; poderes e deveres do administrador público; o uso e o abuso de poder. 2 Organização Administrativa da União: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Agências Reguladoras. 3 Poderes Administrativos: Poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia. 4 Atos Administrativos: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação. 5 Processo Administrativo. Lei n.º 9.784/1999. 6 Prescrição, decadência e preclusão. 7 Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; procedimentos; anulação e revogação; modalidades. 8 Contratos Administrativos: conceito; características; formalização. Execução do contrato: direitos e obrigações das partes, acompanhamento, recebimento do objeto, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução do contrato: causas justificadoras, conseqüências da inexecução, revisão, rescisão e suspensão do contrato. 9 Serviços Públicos: conceito; classificação, regulamentação e controle; requisitos; competência para prestação; formas e meios de prestação do serviço; concessão; permissão; autorização. 10 Intervenção do Estado na propriedade: noções gerais; servidão administrativa; requisição; ocupação; limitação administrativa. 11 Desapropriação: conceito; características; fundamentos; requisitos constitucionais; objeto; beneficiários; indenização e seu pagamento; desapropriação indireta e por zona. 12 Bens Públicos: conceito; utilização; afetação e desafetação; regime jurídico; formas de aquisição e alienação. 13 Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle pelo Tribunal de Contas; controle judiciário. 14 Responsabilidade

Civil do Estado: responsabilidade objetiva; reparação do dano. 15 Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992). 16 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1 Da jurisdição e da ação. 2 Das partes e dos procuradores. 3 Do Ministério Público. 4 Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça. 5 Dos atos processuais. 6 Da formação, da suspensão e da extinção do processo. 7 Do processo e do procedimento. 8 Do procedimento ordinário. 9 Do processo nos tribunais. 10 Processos perante o STJ (Lei n.º 8.038/1990). 11 Dos recursos. 12 Da execução em geral. 13 Das diversas espécies de execução. 14 Dos embargos do devedor. 15 Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. 16 Da suspensão e da extinção do processo de execução. 17 Das medidas cautelares. 18 Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. 19 Suspensão de segurança, suspensão de liminar e/ou acórdão e suspensão de tutela antecipada (Leis n.ºs 4.348/1964, 8.437/1992 e 9.494/1997 e posteriores alterações). 20 Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. 21 Mandado de segurança. 22 Ação monitória. 23 Execução fiscal (Lei de Execução Fiscal – Lei n.º 6.830/1980).

LEGISLAÇÃO ESPECIAL. 1 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990). 2 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/1995) e Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal (Lei n.º 10.259/2001) 3 Súmula vinculante (Lei n.º 11.417/2006). 4 Repercussão geral da questão constitucional (Lei n.º 11.418/2006). 5 Recursos repetitivos (Lei n.º 11.672/2008).

PROVA DISCURSIVA

GABINETE DO MINISTRO SIDNEI BENETI

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Ortografia oficial (incluindo o novo acordo ortográfico). 2 Acentuação gráfica. 3 Flexão nominal e verbal. 4 Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. 5 Emprego de tempos e modos verbais. 6 Vozes do verbo. 7 Concordância nominal e verbal. 8 Regência nominal e verbal. 9 Ocorrência de crase. 10 Pontuação.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 3 Interpretação das normas constitucionais. 4 Do controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. 5 Ações constitucionais. 6 Princípios fundamentais. 7 Dos direitos e garantias fundamentais. 8 Dos direitos e deveres individuais e coletivos. 9 Dos direitos políticos. 10 Da organização dos poderes. 11 Do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro: características e função. 2 Parte geral do Código Civil. 3 Parte especial: obrigações e contratos. 4 Responsabilidade civil. 5 Posse e propriedade. 6 O sistema do Código de Defesa do Consumidor. 7 Títulos de Crédito. 8 Direito Societário. 9 Jurisprudência e Enunciados de Súmulas em Direito Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Noções gerais de Direito Processual. 2 Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. 3 Interpretação da lei processual. 4 Princípios constitucionais do processo. 5 Jurisdição: conceito, características, finalidade, princípios e espécies. 6 Competência. 7 Organização judiciária. 8 Conexão e continência. 9 Ministério Público. 10 Funções essenciais à Justiça. 11 Ação: conceito, elementos, condições, classificação. 12 Processo: conceito, natureza jurídica, classificação. 13 Processo e Procedimento: formação, suspensão e extinção do processo. 14 Atos

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

processuais: conceito, classificação e forma. 15 Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. 16 Prazos processuais. 17 Partes: capacidade processual. 18 Litisconsórcio. 19 Intervenção de terceiros. 20 Denúnciação à lide. 21 Chamamento ao processo. 22 Nomeação à autoria. 23 Oposição. 24 Assistência. 25 Procedimento comum ordinário e procedimento sumário. 26 Petição inicial: Requisitos, indeferimento. 27 Pedido. 28 Cumulação de Pedidos. 29 A resposta do réu. 30 Revelia e seus efeitos. 31 Tutela antecipada. 32. Recursos. 33 Cumprimento Sentença, Execução.

PROVA DISCURSIVA

GABINETE DO MINISTRO RAUL ARAÚJO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Ortografia oficial (incluindo o novo acordo ortográfico). 2 Acentuação gráfica. 3 Flexão nominal e verbal. 4 Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. 5 Emprego de tempos e modos verbais. 6 Princípios fundamentais. 7 Concordância nominal e verbal. 8 Regência nominal e verbal. 9 Ocorrência de crase. 10 Pontuação.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro: características e função. 2 Parte geral do Código Civil. 3 Parte especial: obrigações e contratos. 4 Títulos de crédito. 5 Código de Defesa do Consumidor. 6 Responsabilidade Civil. 7 Jurisprudência e Enunciados de Súmulas do STJ e do STF em Direito Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Noções Gerais de Direito Processual. 2 Princípios Processuais. 3 Conexão e continência. 4 Processo e procedimento (processo cautelar, executivo e de conhecimento. 5 Formação, suspensão e extinção do processo. 6 Atos processuais. 7 Comunicação dos atos processuais. 8 Partes: capacidade processual. 9 Litisconsórcio e intervenção de terceiros. 10 Noções sobre as fases postulatória, de saneamento, instrutória e decisória. 11 Princípios Recursais. 12 Recursos em espécie – ênfase no Recurso especial e no agravo ao STJ.

PROVA DISCURSIVA

GABINETE DO MINISTRO VILLAS BÔAS CUEVA

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Ortografia oficial (incluindo o novo acordo ortográfico). 2 Acentuação gráfica e pontuação. 3 Flexão nominal e verbal. 4 Pronomes. 5 Emprego de tempos e modos verbais. 6 Vozes do verbo. 7 Concordância nominal e verbal. 8 Regência nominal e verbal. 9 Crase. 10 Interpretação de texto.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 3 Interpretação das normas constitucionais. 4 Princípios fundamentais. 5 Dos direitos e garantias fundamentais. 6 Dos deveres individuais e coletivos. 7 Da Organização do Estado. 8 Da Organização dos Poderes. 9 Do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2 Parte Geral do Código Civil. 3 Parte especial. Obrigações e contratos. 4 Títulos de Crédito. 5 O Sistema do Código de Defesa do Consumidor. 6 Posse e propriedade. 7 Responsabilidade Civil. 8 Jurisprudência e Enunciados de Súmulas do STJ e do STF em Direito Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Noções gerais de Direito Processual. 2 Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. 3 Interpretação da lei processual. 4 Princípios constitucionais do processo. 5 Jurisdição: conceito, características, finalidades, princípios e espécies. 6 Competência. 7 Organização Judiciária. 8 Conexão e

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

Continência. 9 Ministério Público. 10 Funções essenciais à Justiça. 11 Ação: conceito, elementos, condições, classificações. 12 Processo: conceito, natureza jurídica, classificação. 13 Processo e Procedimento: formação, suspensão e extinção do processo. 14 Atos processuais: conceito, classificação e forma. 15 Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. 16 Prazos processuais. 17 Partes: capacidade processual. 18 Litisconsórcio. 19 Intervenção de terceiros. 20 Procedimento comum ordinário e procedimento sumário. 21 Petição inicial: requisitos e indeferimento. 22 Pedido. 23 Cumulação de pedido. 24 Resposta do réu. 25 Revelia e seus efeitos. 26 Tutela antecipada. 27 Recursos. 28 Jurisprudência e Enunciados de Súmulas do STJ e do STF em Direito Processual Civil.

PROVA DISCURSIVA

ANEXO IV

NÍVEL SUPERIOR DIREITO PROCESSO SELETIVO GERAL PARA DIVERSOS GABINETES DE MINISTRO

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Ortografia oficial (incluindo o novo acordo ortográfico). 2 Acentuação gráfica. 3 Flexão nominal e verbal. 4 Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. 5 Emprego de tempos e modos verbais. 6 Vozes do verbo. 7 Concordância nominal e verbal. 8 Regência nominal e verbal. 9 Ocorrência de crase. 10 Pontuação.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Administração Pública. 2 Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado. 3 Organização do Estado e da Administração, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos. 4 Atividade administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder. 5 Organização administrativa da União. 6 Administração direta e indireta: Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. 7 Poderes Administrativos: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 8 Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação. 9 Processo Administrativo. Lei nº 9.784/99. 10 Prescrição, decadência e preclusão. 11 Responsabilidade Civil do Estado: responsabilidade objetiva, reparação do dano.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 3 Interpretação das normas constitucionais. 4 Do controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. 5 Ações constitucionais. 6 Princípios fundamentais. 7 Dos direitos e garantias fundamentais. 8 Dos deveres individuais e coletivos. 9 Dos direitos políticos. 10 Dos partidos políticos. 11 Da organização do Estado. 12 Da organização dos poderes. 13 Da tributação e do orçamento. 14 Da ordem econômico -financeira. 15 Da ordem social.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de introdução as normas do Direito Brasileiro: características e função. 2 Parte geral do Código Civil. 3 Parte especial: obrigações e contratos. 4 Responsabilidade civil. 5 Posse e propriedade. 6 O sistema do Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Noções gerais de Direito Processual. 2 Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. 3 Interpretação da lei processual. 4 Princípios constitucionais do processo. 5 Jurisdição: conceito, características, finalidade, princípios e espécies. 6 Competência. 7 Organização judiciária. 8 Conexão e continência.

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

9 Ministério Público. 10 Funções essenciais à Justiça. 11 Ação: conceito, elementos, condições, classificação. 12 Processo: conceito, natureza jurídica, classificação. 13 Processo e Procedimento: formação, suspensão e extinção do processo. 14 Atos processuais: conceito, classificação e forma. 15 Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. 16 Prazos processuais. 17 Partes: capacidade processual. 18 Litisconsórcio. 19 Intervenção de terceiros. 20 Denúnciação à lide. 21 Chamamento ao processo. 22 Nomeação à autoria. 23 Oposição. 24 Assistência. 25 Procedimento comum ordinário e procedimento sumário. 26 Petição inicial: Requisitos. indeferimento. 27 Pedido. 28 Cumulação de pedidos. 29 A resposta do réu. 30 Revelia e seus efeitos. 31 Tutela antecipada. 32 Recursos.

DIREITO PENAL: 1 Aplicação da lei penal. 2 Princípios da legalidade e anterioridade. 3 A lei penal no tempo no espaço. 4 O fato típico e os seus elementos. 5 Relação de causalidade. 6 Culpabilidade. 7 Superveniência de causa independente. 8 Crime consumado, tentado e impossível.

PROVA DISCURSIVA

ANEXO V

NÍVEL SUPERIOR DIREITO PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA A SECRETARIA JUDICIÁRIA

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Acentuação 2 Classe de Palavras 3 Emprego de Tempos e Modos Verbais 4 Interpretação de Textos 5 Concordância Verbal e Nominal 6 Flexão das Palavras 7 Ortografia.

DIREITO CIVIL: 1 Lei: vigência; aplicação da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. 2 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 3 Pessoas naturais e jurídicas: personalidade; capacidade; direitos de personalidade. 4 Domicílio. 5 Fatos e atos jurídicos: negócios jurídicos; requisitos; defeitos dos negócios jurídicos; modalidades dos negócios jurídicos; atos ilícitos; prescrição e decadência.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 1.1 Supremacia da Constituição. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.3 Interpretação das normas constitucionais. 2 Princípios fundamentais. 2.1 Direitos e garantias fundamentais. 2.2 Direitos e deveres individuais e coletivos. 2.3 Direitos políticos. 3 Administração pública. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Servidores Públicos. 4. Poder Judiciário. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Superior Tribunal de Justiça. 4.3 Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; advocacia e defensoria públicas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Ação: conceito; natureza jurídica; condições; classificação. 2 Competência: conceito; competência territorial, objetiva e funcional; 3 Prazos processuais: disposições gerais, contagem, preclusão, prescrição, penalidades (pelo descumprimento). 4 Sujeitos do processo: partes e procuradores; juiz; Ministério Público (funções, deveres e responsabilidades). 5 Comunicação dos atos processuais: citação, intimação e notificação (conceito, forma, requisitos e espécies). 6 Procedimento ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, despachos, decisões e sentenças (conceitos e requisitos).

NÍVEL SUPERIOR DIREITO
PROCESSO SELETIVO PARA DIVERSAS UNIDADES DO STJ

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Acentuação 2 Classe de Palavras 3 Emprego de Tempos e Modos Verbais 4 Interpretação de Textos 5 Concordância Verbal e Nominal 6 Flexão das Palavras 7 Ortografia.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Administração Pública. 2 Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado. 3 Organização do Estado e da Administração, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos. 4 Atividade administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder. 5 Organização administrativa da União. 6 Administração direta e indireta: Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. 7 Poderes Administrativos: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 8 Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação. 9 Processo Administrativo. Lei nº 9.784/99. 10 Prescrição, decadência e preclusão. 11 Responsabilidade Civil do Estado: responsabilidade objetiva, reparação do dano.

DIREITO CIVIL: 1 Lei: vigência; aplicação da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. 2 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 3 Pessoas naturais e jurídicas: personalidade; capacidade; direitos de personalidade. 4 Domicílio. 5 Fatos e atos jurídicos: negócios jurídicos; requisitos; defeitos dos negócios jurídicos; modalidades dos negócios jurídicos; atos ilícitos; prescrição e decadência.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, objeto e classificações. 1.1 Supremacia da Constituição. 1.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.3 Interpretação das normas constitucionais. 2 Princípios fundamentais. 2.1 Direitos e garantias fundamentais. 2.2 Direitos e deveres individuais e coletivos. 2.3 Direitos políticos. 3 Administração pública. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Servidores Públicos. 4. Poder Judiciário. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Superior Tribunal de Justiça. 4.3 Funções essenciais a Justiça: Ministério Público; advocacia e defensoria públicas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Ação: conceito; natureza jurídica; condições; classificação. 2 Competência: conceito; competência territorial, objetiva e funcional; 3 Prazos processuais: disposições gerais, contagem, preclusão, prescrição, penalidades (pelo descumprimento). 4 Sujeitos do processo: partes e procuradores; juiz; Ministério Público (funções, deveres e responsabilidades). 5 Comunicação dos atos processuais: citação, intimação e notificação (conceito, forma, requisitos e espécies). 6 Procedimento ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, despachos, decisões e sentenças (conceitos e requisitos).

ANEXO VII

D E C L A R A Ç Ã O

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1398 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 29 de Outubro de 2013 Publicação: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013

Eu, _____, Carteira de Identidade (RG) n. _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, estudante do curso de _____, para fins de inscrição no processo seletivo de estágio do Superior Tribunal de Justiça, conforme estabelecido no Edital de Abertura n. 1 de 28 de outubro de 2013, declaro optar pela participação na condição de estudante cotista, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

- negro(a)
- pardo(a)
- indígena brasileiro(a)
- deficiente (anexar obrigatoriamente o laudo médico)

Declaro, ainda, que estou ciente de que poderá ocorrer meu desligamento do estágio, na hipótese de ser aprovado(a) em todas as fases do processo seletivo e ingressar como estagiário(a) do STJ, na condição de cotista, e for constatada a qualquer tempo a não veracidade desta declaração.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura